

# As Mulheres e a Igualdade de Género no Processo de Desenvolvimento de Cabo Verde



PARLAMENTO MODERNO: ABERTURA À SOCIEDADE CIVIL E  
CONSCIENCIALIZAÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO

Lúcia dos Passos  
*Presidente da Rede Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas*  
Praia, 04 de Maio 2018

# SUMÁRIO

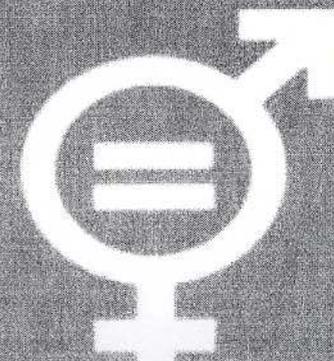
- 1 - QUADRO LEGAL, POLITICO E INSTITUCIONAL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO
- 2 - PRINCIPAIS CONQUISTAS E DESIGUALDADES DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES
- 3 - DESAFIOS E PRIORIDADES
- 4 - CONCLUSÕES

# QUADRO NORMATIVO INTERNACIONAL E AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO

- Cabo Verde assumiu sem reservas o compromisso de implementar políticas específicas direcionadas à promoção da igualdade de género e, em particular ao combate à violência contra as Mulheres, adoptando e ratificando as seguintes Convenções e/ou cartas internacionais e regionais:
- Ratificação da CEDAW (1980), Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres;
- **Protocolo Facultativo da CEDAW (2011)** A Resolução dos Direitos Humanos sobre a Eliminação de Todas as Formas de violência e discriminação contra as Mulheres;
- A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o **Protocolo sobre os Direitos das Mulheres** (1987/ 2005 – Protocolo de Maputo);
- **Plataforma de ação de Beijing;**
- **Agenda 2030** (ODS 5 e género transversal a mais 11 objectivos)
- Agenda 2063 União Africana

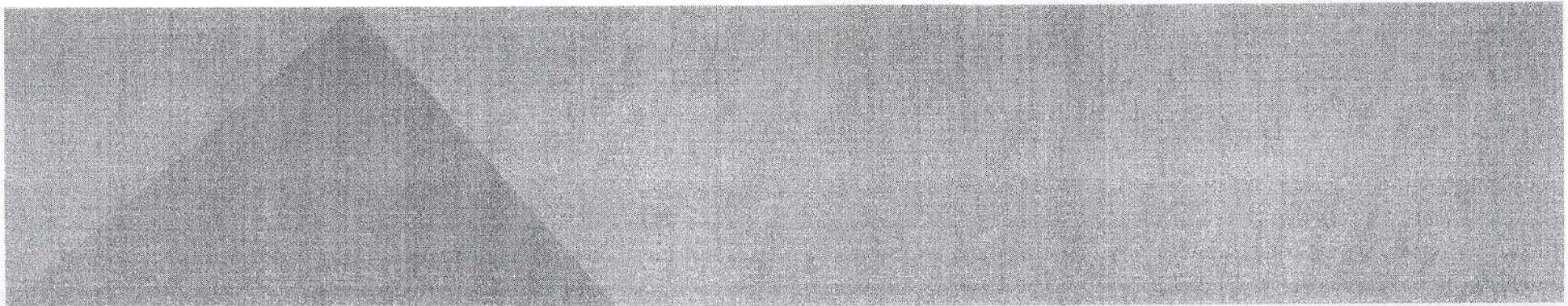
## 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de género por meio do fortalecimento das mulheres e meninas



# QUADRO LEGAL, POLÍTICO E INSTITUCIONAL

- **Constituição da República de Cabo Verde** – garante os princípios de igualdade e de não discriminação e de liberdades fundamentais e propõe a adopção de medidas para remover obstáculos (sociais, políticos, económicos e culturais) que impedem o gozo efectivo dos direitos humanos de todos os cidadãos e cidadãs (Nº 2 e 4, do artigo 1º conjugado com os artº 7º e 24º; Nº2 do Artigo 88º (Tarefas do Estado));
- **Lei 84/VII/2011 (Lei VBG)** – estabelece as medidas de prevenção, protecção, punição e reabilitação de arguidos de VBG. **Crime de carácter público e urgente; e Decreto-Lei Nº 8/2014 de Regulamentação da Lei VBG** – que define as condições de implementação efectiva das medidas previstas na lei;
- **Outras medidas legislativas que contribuem para eliminar a discriminação e promover a igualdade: adopção de novas leis e revisão de quadros legais existentes:** Decreto-Leis, Resoluções, ... em áreas do social, familiar, político, fiscal, económico, saúde entre outras



## QUADRO LEGAL, POLÍTICO E INSTITUCIONAL (CONT.)

PEDS, Programa Governo,, PNIG, Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania II, PNVBG II, Plano Nacional de Cuidados, Plano de Ação para a Lei de Paridade, Plano de Ação Género e Turismo, Planos Sectoriais, como Estratégia Nacional da Educação, ...)

Igualdade de género e empoderamento das mulheres entre as 11 prioridades nacionais e matéria transversal no programa do Governo, em alinhamento com ODS

*“uma nação exemplo no mundo em matéria de igualdade de género e de inclusão social, num juntar de esforços, nomeadamente, com as ONG’s, as igrejas, a comunicação social e a comunidade internacional, com destaque para o Sistema das Nações Unidas”*

### 8 áreas estratégicas do PNIG:

Saúde; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Violência Baseada no Género; Educação e Formação Profissional; Economia Produtiva; Economia Reprodutiva; Participação Política e Tomada de Decisões; e Institucionalização da abordagem de género

## QUADRO LEGAL, POLÍTICO E INSTITUCIONAL (CONT.)

### Quadro institucional:

ICIEG (Uma instituição governamental que lidera as questões de género (ICIEG) criado em 1994)

CNDHC (Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania),

Provedor Justiça,

Rede Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas

Organizações Sociedade Civil, ...

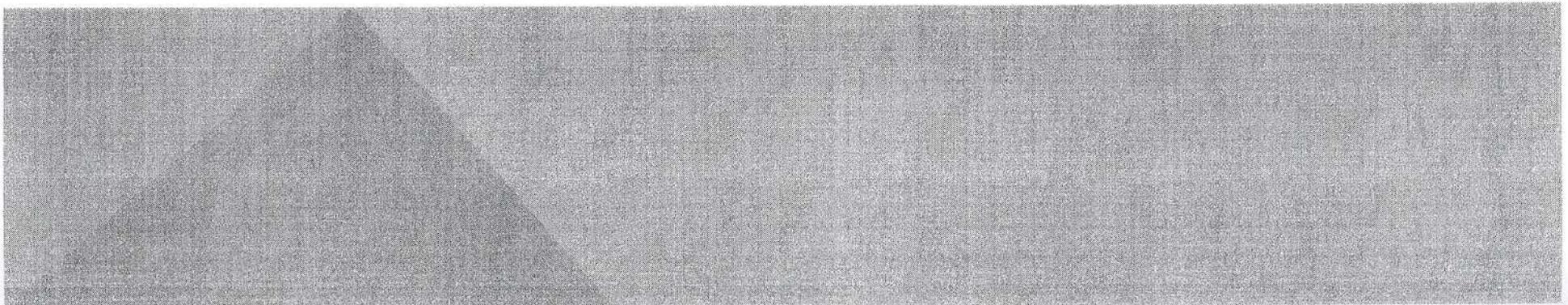
Parceiros de desenvolvimento



# SITUAÇÃO – INDICE DESIGUALDADE

**Índice Global de Desigualdades 2017** (Forum Económico Global) - Cabo Verde na posição 89 de 144 países avaliados, com um índice de 0,68 (1 é paridade e 0 é desigualdade total)

**Índice de Igualdade de Género do BAD:** Cabo Verde é o 5º entre os países de rendimento médio, o 6º na África Subsariana



# GRANDES GANHOS

## SAUDE:

- Desde da década dos anos 80 tem havido muito investimento na saúde sexual e reprodutiva com ênfase nas mulheres e nas crianças
- A desigualdade de gênero na saúde afeta sobretudo os homens.

## Educação:

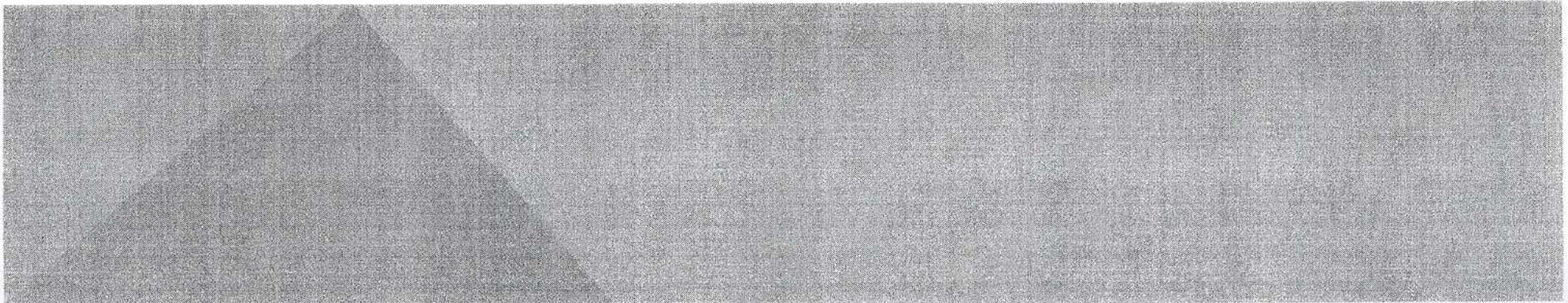
- Cabo Verde é o melhor país em África em termos de escolarização de meninas.
- O rácio rapazes, raparigas apontam para a paridade, excetuando o ensino secundário que indica supremacia da raparigas em relação aos rapazes.
- Decreto lei que reconhece a licença de maternidade em todo sistema educativo para raparigas e jovens mulheres (2017)
- Maior taxa de abandono escolar nos rapazes e taxa líquida de escolarização maior nas meninas (Ensino secundário)

# GRANDES GANHOS

Sistema de Cuidados enquanto Pilar da Proteção Social

Aprovação do Plano Para implementação de cuidados

- **Direito das pessoas dependentes ao cuidado** - assumido como dimensão fundamental dos direitos humanos, como responsabilidade partilhada entre a família, o Estado, as ONGS;
- **Enquanto condição para Igualdade de género;**
- **Como pilar do desenvolvimento social inclusivo e sustentável** - a promoção de oportunidades de desenvolvimento profissional para as mulheres e acesso ao emprego decente;
- **Como vector de redução da pobreza** - surgimento de uma nova categoria profissional: Cuidadores de Infância (0 aos 3 anos) e Cuidadores de Pessoas com dependência (Pessoas com deficiência e Idosos ).



# PRINCIPAIS DESIGUALDADES

## • EMPODERAMENTO ECONÓMICO

- apesar dos homens representarem a maioria dos chefes de agregados familiares (52,4%) as mulheres são a maioria quando se trata de chefia de agregados monoparentais e agregados pobres e centrados nos meios rurais);
- A **pobreza** afeta principalmente as mulheres, chefes de família (33%), com maior incidência nas áreas rurais (44%) em relação às áreas urbanas (13%);
- Os homens são a maioria da população ativa;
- **63% do total da carga de trabalho em Cabo Verde** é realizado por mulheres (sendo que ;
- As mulheres dedicam quase o dobro do tempo aos trabalhos não remunerados que os homens;
- O sector informal é marcadamente feminino;
- Maior participação das mulheres nos programas de microfinanças

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E LIDERANÇA

- 23,6% das Mulheres no Parlamento (72/17);
- 25% das Mulheres no Governo;
- 29,4% de Mulheres eleitas nas Assembleias Municipais, sendo 13,6% das Mulheres Presidentes das Mesas das Assembleias (Mindelo, Santa Catarina de Fogo),
- 27% a nível de Vereadoras nas Câmaras Municipais, tendo duas Câmaras Municipais atingido Paridade ( Praia, 44,4% e Brava 60%).

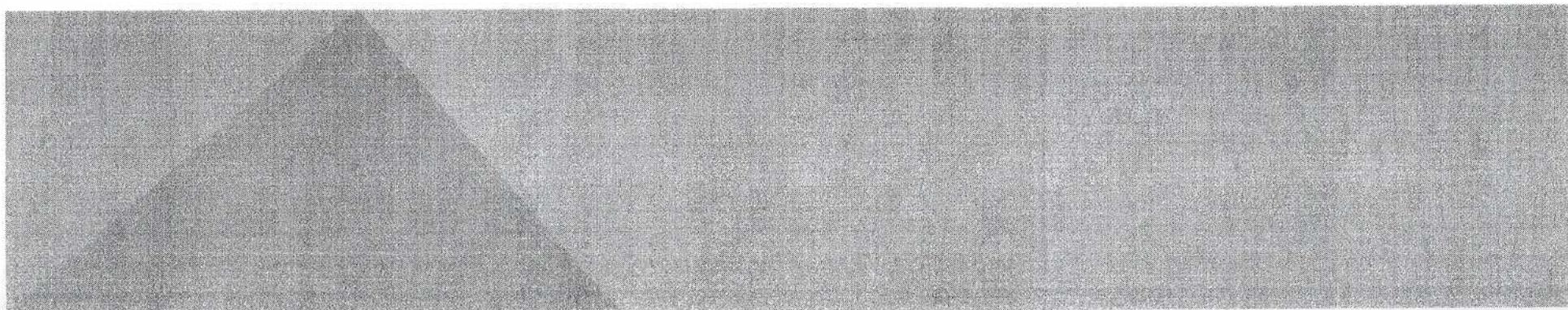
## PRINCIPAIS FOSSOS (CONT.)

No total de tempo de cuidados dos agregados domésticos, as mulheres são responsáveis por 72%, enquanto os homens contribuem com apenas 28%;

Os homens são responsáveis por 55% do tempo de trabalho produtivo, enquanto as mulheres produzem cerca de 45% do tempo de trabalho produtivo.

### VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

- 22 % das Mulheres em idade compreendidas entre os 15-49 anos afirmaram serem vítimas de VBG em Cabo Verde;
- Os índices mais elevados são nas Ilhas do Fogo(34%), Santiago (27%) e do Sal (25%)



# PRINCIPAIS DESAFIOS E PRIORIDADES NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO NO PAÍS

## Empoderamento Económico das Mulheres:

- Eliminação de desigualdades estruturais que impedem o pleno acesso das mulheres aos bens, serviços e recursos socioeconómicos;
- Garantia do acesso aos serviços financeiros, infraestruturas, saúde, água, saneamento e ao mercado de trabalho;
- Promoção do trabalho decente de mulheres (salário igual, proteção social e segurança);
- Mobilização de financiamentos para implementação efetiva do Plano Nacional de Cuidados;

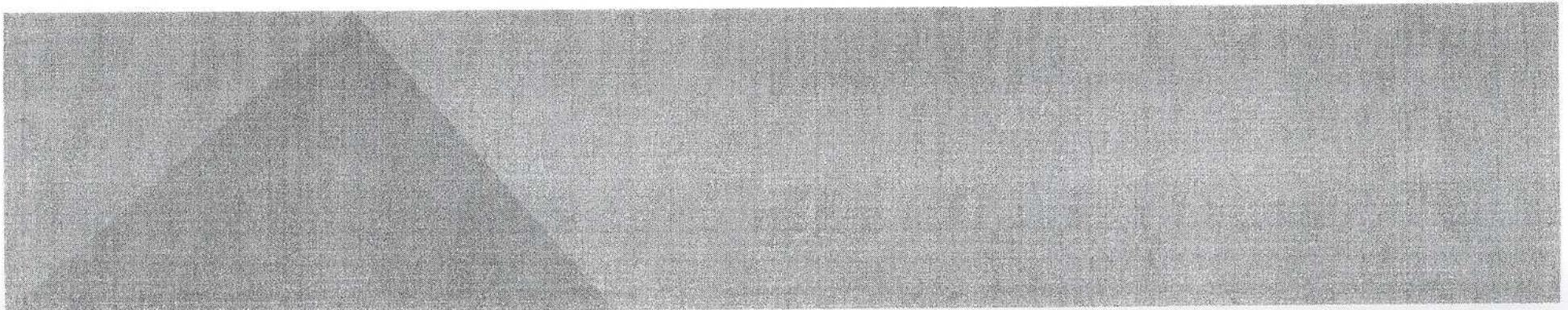


# PRINCIPAIS DESAFIOS E PRIORIDADES NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO NO PAÍS

## Eliminação da violência Baseado no género:

- Promoção de novas alianças (jovens, homens, rapazes, media, igrejas, ...);
- Reforço das capacidades e mecanismos de implementação e seguimento da aplicação da lei (proteção das vítimas, reinserção de agressores, inter-institucionalidade e rede integrada de respostas, fiscalização da implementação da lei, reforço da capacidade parlamentar de seguimento da aplicação da Lei);
- Campanhas e iniciativas de prevenção (igualdade nas escolas, no namoro, ...)
- Masculinidades positivas;

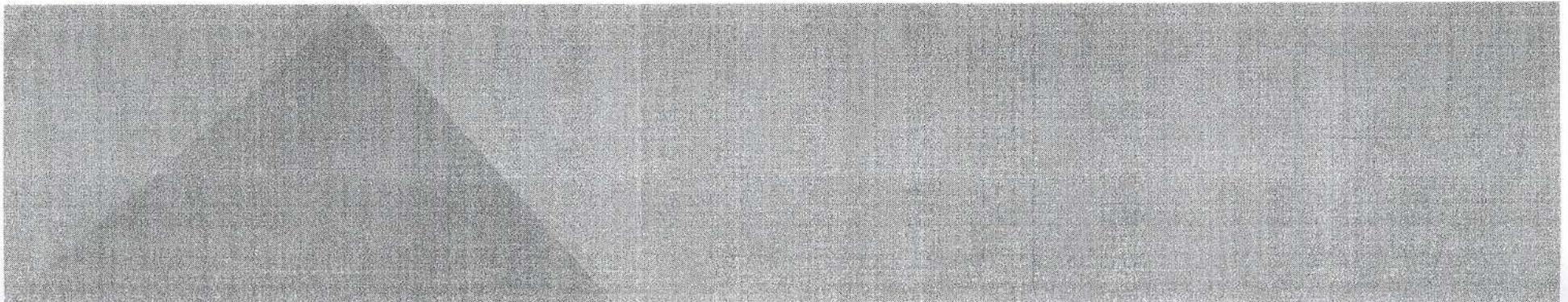
Introdução de mecanismos de correção da desigualdade do género masculino na educação



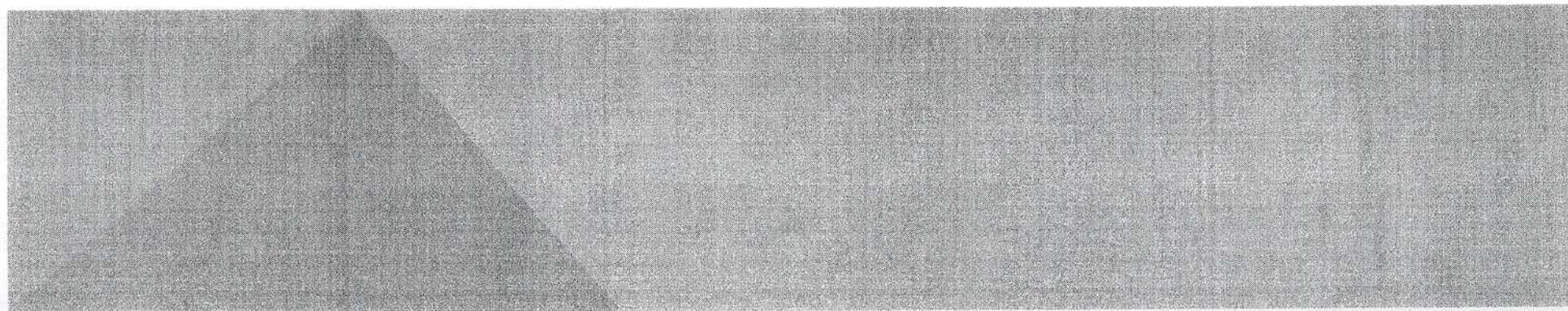
# PRINCIPAIS DESAFIOS E PRIORIDADES NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO NO PAÍS

## Liderança e Participação de mulheres na política

- Implementação do Plano de Ação de Advocacy, para garantir o engajamento da sociedade e reunir o concenso nacional em torno da lei de Paridade
- Aprovação da Lei de Paridade como medida transitória para corrigir a desigualdade da participação política e esferas de decisão, mas sobretudo para fazer justiça e criar as condições para o aumento da confiança das mulheres na política:
- Mobilização de recursos para permitir as organizações da sociedade civil fazer a formação e sensibilização junto dos jovens, das famílias e das ordens profissionais, das Universidades sobre a Paridade.
- Funcionamento efetivo das comissões de Legislação, Advocacy e Comissão Especial da Lei de Paridade

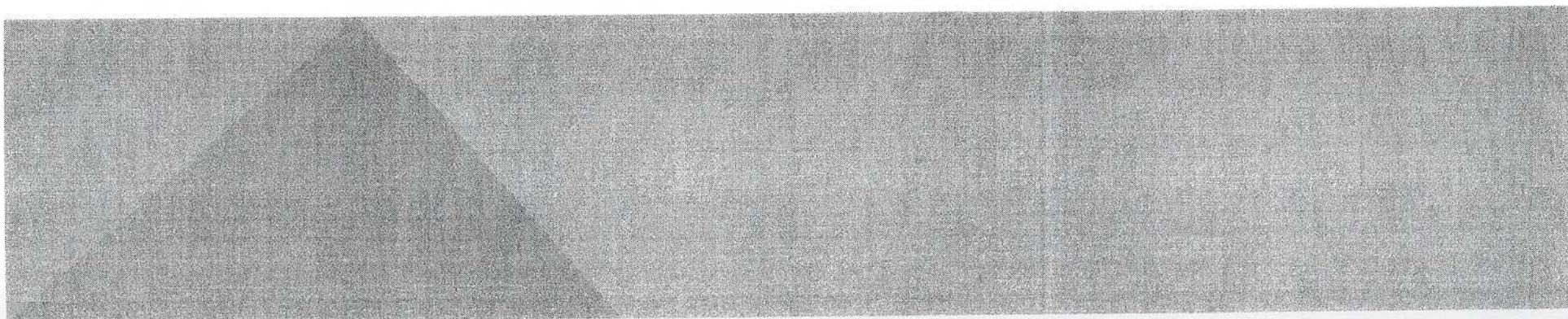


**OBRIGADA!**



## CONCLUSÕES

- Os papéis de género condicionam o acesso, o benefícios e o controlo dos recursos por parte das mulheres na maior parte das vezes.
- Existem enormes disparidades em desfavor das mulheres, principalmente nas áreas: económica (produtiva e reprodutiva), da participação na política e VBG.
- Os homens estão em desvantagem nas áreas da: saúde e educação.



## CONCLUSÕES

- As desigualdades são acentuados ou agravadas consoante o meio rural ou urbano o nível de instrução, faixa etária e classe social ou o nível de pobreza das mulheres
- A desigualdade de género está profundamente enraizada na cultura Cabo-verdiana.
- Negligenciar as análises de género nas políticas públicas em Cabo Verde condiciona o desenvolvimento do país.

